

Hegemonia e bloco no poder no capitalismo dependente brasileiro

Isabela Ramos Ribeiro

Resumo: Este artigo traz algumas aproximações para análise da constituição e recomposição da hegemonia no capitalismo dependente brasileiro, com base em pesquisa teórica calcada no exercício do materialismo histórico e dialético. Parte-se do pressuposto de que a hegemonia é a capacidade de aglutinar grupos sociais em torno de um projeto societário dominante, tarefa exercida com êxito pela burguesia no capitalismo. Com disputas e conflitos internos, a própria burguesia não é homogênea, e por isso recompõe-se conforme os movimentos da realidade, buscando evitar possíveis crises de hegemonia. Procura-se evidenciar, portanto, i) quem é a burguesia brasileira, ii) suas formas de articulação com as burguesias estrangeiras, iii) como se organizam suas frações na busca por respostas do Estado aos seus interesses de classe e iv) como se localizam no bloco no poder. A partir da compreensão de que o Estado conduz o desenvolvimento e expansão do capital nos países dependentes, é importante apontar, ainda, por quais mecanismos estrutura-se a dependência e a transferência de valor da periferia para o centro, e em que medida o Estado atua na manutenção desse processo favorecendo determinadas frações burguesas. Considera-se fundamental aprofundar o conhecimento sobre a burguesia como forma de armar a classe trabalhadora organizada na luta pela construção de uma nova hegemonia, em termos gramscianos, especialmente em momentos de instabilidade e recomposição do bloco no poder, como o que se desenha com o golpe de 2016 no Brasil.

Palavras-chaves: Hegemonia; bloco no poder; capitalismo dependente; burguesia brasileira.

Hegemony and power bloc in brazilian dependent capitalism

Abstract: This paper brings some approximations for the analysis of the constitution and recomposition of hegemony in Brazilian dependent capitalism, based on theoretical research. The assumption is that hegemony is the ability to bring together social groups around a dominant societal project, a task successfully exercised by the bourgeoisie in capitalism. With internal disputes and conflicts, the bourgeoisie itself is not homogeneous, and so it recovers itself according to the movements of reality, seeking to avoid possible crises of hegemony. The paper seeks to show, i) who is the Brazilian bourgeoisie, ii) its forms of articulation with the foreign bourgeoisie, iii) how its fractions are organized in the quest for State responses to its class interests, and iv) how they are located on the power bloc. Based on the understanding that the State leads the development and expansion of capital in dependent countries, it is important to point out by which mechanisms arise the dependence and the transfer of value from the periphery to the center, and how the State acts in the maintenance of this process favoring certain bourgeois fractions. It is considered important to deepen the knowledge about the bourgeoisie as a way to arm the organized working class in the struggle for the construction of a new hegemony, especially in moments of instability and recomposition of the power block, like the one that is drawn with the 2016 coup in Brazil.

Keywords: Hegemony; power bloc; dependent capitalism; brazilian bourgeoisie.

Introdução

A compreensão da realidade com vistas à sua transformação exige análises sobre como se constitui o poder e a hegemonia no capitalismo, por meio do Estado, para que seja possível organizar frentes de resistência e de construção de uma nova hegemonia que supere a exploração do trabalho e a dominação de classe. Para tanto, é necessário desvendar o papel do Estado e a imbricação entre a economia e a política na reprodução da vida social. Torna-se, então, imprescindível a análise sobre as frações da classe dominante que exercem o poder e constituem a hegemonia burguesa, a partir da ação nos campos social, político, econômico e ideológico, com objetivo da incorporação de seus interesses no Estado. Tais interesses, ao serem apresentados como interesses gerais, contribuem para o estabelecimento do consenso em torno da ordem social e, portanto, para a perpetuação da hegemonia.

A hegemonia, segundo os aportes gramscianos, é caracterizada como a capacidade de aglutinar projetos que dirijam a vida social, seja pelo consenso, seja pela coerção. No capitalismo, os projetos hegemônicos são conduzidos pela burguesia; essa, por sua vez, não é homogênea e embora estabeleça acordos imprescindíveis para o desenvolvimento do capital, possui divisões e disputas internas. Esse aspecto deve ser ressaltado pois é importante para a compreensão da realidade em momentos históricos específicos com suas condições concretas de articulação da hegemonia.

Nessa direção, e em níveis de análise mais concretos, cabe a questão sobre quem exerce o poder e como o exerce (OSORIO, 2014). Essa é a questão central que se pretende responder neste trabalho, no período recente no Brasil.

A reprodução do capital e suas tendências têm um papel fundamental na definição dos rumos dos processos econômicos e do espaço que define quais setores do capital podem hegemonizá-los, porque esses processos exigem, por exemplo, determinados montantes de capital, particulares alianças com o capital internacional etc (OSORIO, 2014, p. 62).

No caso do desenvolvimento capitalista no Brasil, a burguesia nasce atrelada a setores e interesses externos, e com a necessidade de se articular ao capital internacional no processo de industrialização (MARINI, 2012). Nesse sentido, conforma-se a questão sobre a natureza da burguesia brasileira, e o papel que cumpre na articulação da hegemonia considerando suas diversas frações. Ao considerar, ainda, a realidade dos países dependentes, é importante apontar por quais mecanismos estrutura-se a dependência e a transferência de valor da periferia para o centro, e em que medida o

Estado atua na manutenção desse processo favorecendo determinadas frações burguesas.

Em acordo com Marx e Engels (2001), a história de toda a sociedade é a história da luta de classes, e por isso cabe buscar as particularidades com que se expressa na realidade em cada momento histórico. Assim, com base nessas considerações, o presente artigo tem como objetivo trazer algumas aproximações para análise da constituição e recomposição da hegemonia no capitalismo dependente brasileiro.

A composição do bloco no poder e a constituição da hegemonia no Brasil

Nas palavras de Osorio (2014, p. 21), o Estado se refere a uma “condensação particular de redes e relações de força numa sociedade, as quais permitem que sejam produzidas e reproduzidas relações de exploração e dominação”. Para esse autor, “o capital é simultaneamente exploração e dominação, e o Estado é o ponto central dessa imbricação” (OSORIO, 2014, p. 26). Por isso, a análise do Estado no capitalismo implica a compreensão de sua relação com o capital e suas frações, no contexto da dependência.

A unidade dialética entre o geral e o particular permite uma análise coerente da inserção do Brasil no âmbito da acumulação de capital em escala mundial. Fernandes (2012, p. 130) ressalta que “particularização e generalização não se excluem. Elas são necessária e reciprocamente interdependentes e complementares, caminhos para chegar à representação do real como totalidade concreta”. Compreende-se, portanto, desenvolvimento e subdesenvolvimento, riqueza e pobreza, como condições necessárias à manutenção da acumulação de capital em escala mundial.

Neste sentido, a caracterização do Brasil enquanto país dependente no sistema capitalista mundial se deve ao processo histórico específico que constituiu o povo e a nação brasileiros, que desde sua formação estiveram subordinados aos interesses estrangeiros. Fernandes (1975, p. 13) afirma que “o tipo legal e político de dominação colonial [na América Latina] adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores”.

Este autor faz um resgate, definindo fatores estruturais ou históricos que explicam este processo, dando ênfase a quatro tipos de dominação externa: i) as economias portuguesa e espanhola não tinham força suficiente para manter o

financiamento das atividades referentes à colonização, cumprindo papéis intermediários subordinados à outros países, como Holanda, França e Inglaterra. “No caso do açúcar brasileiro, por exemplo, o ‘produtor’ colonial retinha um lucro bruto que variava de 12 a 18%; a Coroa absorvia aproximadamente de 25 a 30%; os mercadores holandeses recebiam o saldo e outras vantagens, economicamente mais importantes” (FERNANDES, 1975, p. 14); ii) as nações européias, em especial a Inglaterra, que conquistaram controle de exportação e importação na América Latina se interessavam mais no comércio que na produção local. Neste período, a dominação externa tornou-se indireta, pois as ex-colônias agora produziam bens primários e “recebiam o primeiro impulso para a internacionalização de um mercado capitalista moderno. Entretanto, a dominação externa era uma realidade concreta e permanente” (FERNANDES, 1975, p. 15); iii) a reorganização da economia mundial, a partir da revolução industrial na Europa, revelou o terceiro tipo de dominação externa com a criação de novas formas de articulação entre as economias periféricas e sua relação com as economias centrais, estendendo-se a todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura. Assim, conforme Fernandes (1975, p. 16), “a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina”.

O lado negativo desse padrão de dominação imperialista aparece claramente em dois níveis diferentes. Primeiro, no condicionamento e reforço externos das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à preservação do esquema da exportação-importação, baseado na produção de matérias-primas e de bens primários. Segundo, no malogro do “modelo” de desenvolvimento absorvido pela burguesia emergente das nações européias hegemônicas. [...] Tanto para o “moderno” como para o “antigo” colonialismo (em termos dos dois padrões de dominação imperialista), a integração nacional das economias dependentes sempre foi negligenciada. Os objetivos manifestos e latentes foram dirigidos para os ganhos líquidos, isto é, para a *transferência do excedente econômico das economias satélites para os países hegemônicos* (FERNANDES, 1975, p. 17, grifo nosso).

Souza Filho (2006) assinala que o processo de burocratização das estruturas administrativas no Brasil se amplia na transição do período colonial para o império, a partir da chegada da família real em 1808 quando a ordem administrativa da corte portuguesa se choca com a ordem local. Assim, se estabelece uma tensão entre os proprietários de terras e a burguesia comercial associada à realeza, somada à participação e influência da Inglaterra na comercialização de bens primários. Esses fatores contribuíram para um rearranjo no bloco dominante que culminou com a independência formal da colônia em relação a Portugal. Politicamente, a primeira grande tarefa da independência foi a constituição do Estado nacional, o que exigiu a

centralização do poder e uma organização administrativa com certo nível de racionalidade e especialização para produzir leis e regulamentos que capazes de conformar a unidade nacional brasileira (SOUZA FILHO, 2006, p. 141).

Segundo o autor, nesse momento de integração nacional os proprietários rurais responsáveis pelo impulso da economia cafeeira não poderiam ser deixados de lado na formação da estrutura de poder. Por isso, a burocracia brasileira se constitui com caráter bastante conservador e com quadro administrativo vinculado à tradição senhorial; o Estado passa a garantir o pacto de dominação articulado entre a burguesia e as oligarquias/aristocracias rurais, e a estrutura administrativa permite a objetivação de tal dominação (SOUZA FILHO, 2006). Tal fenômeno explica a ausência da reforma agrária e a enorme concentração de terras no Brasil, situação distinta dos países centrais onde houve as revoluções burguesas clássicas.

Na mesma direção, Osorio (2014, p. 190), ao tratar da história latino-americana, afirma que “predominou a subordinação das hegemonias periféricas aos projetos hegemônicos do mundo central e se gestaram autonomias muito restringidas, e isso se deu pois a burguesia periférica não tem vocação de burguesia ‘nacional’”, posto que não rompeu com as características da dependência, nem mesmo com a industrialização.

Retomando a tese de Fernandes (1975, p. 18), é definido, por fim, o quarto tipo de dominação externa a partir da expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos (esferas comerciais, de serviços e financeiras, mas a maioria nos campos da indústria leve e pesada), caracterizando o capitalismo corporativo ou monopolista e trazendo novos mecanismos de “controle interno das economias dependentes pelos interesses externos”.

Na fase de integração monopólica, Vânia Bambilra (2012, p. 125) explicita os novos mecanismos de subordinação das burguesias latino-americanas ao capital estrangeiro.

O imperialismo, em sua corrida expansionista e integradora, não irá se orientar, a partir de então [final dos anos 1940], somente para o domínio das fontes de matérias-primas e mercados, pois, já tendo assegurado um nível fundamental de controle sobre essas fontes, pode dirigir sua atuação para a busca dos investimentos que passam a ser mais vantajosos na atual fase: os investimentos no setor manufatureiro.

Conforme Bambilra (2012, p. 126), este novo caráter adquirido pela dependência, através da intensificação de investimentos externos no setor manufatureiro, em especial do capital estadunidense, produz efeitos para o

desenvolvimento da indústria e para a constituição de uma burguesia subordinada, tais quais: “o controle e domínio, por parte do capital estrangeiro, dos novos setores e ramos produtivos industriais”; “monopolização, concentração e centralização da economia”; desnacionalização progressiva da propriedade privada dos meios de produção”; e “a integração, cada vez mais articulada, dos interesses das empresas estrangeiras aos interesses das classes dominantes locais”.

Esses aspectos são relevantes para a apreensão da impossibilidade de desenvolvimento de um projeto nacional autônomo levado a cabo pelas classes dominantes no capitalismo dependente, visto que a própria constituição da industrialização brasileira ocorreu através da importação de máquinas e equipamentos fabricados nos países capitalistas centrais, condicionando a burguesia brasileira aos interesses externos. Além disso, a partir da década de 1950, o Estado passa a apresentar estímulos e facilidades à penetração do capital estrangeiro no setor industrial, através de políticas econômicas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), “com objetivo de criar as condições para manter uma estabilidade monetária mínima, que assegure um nível mais alto de acumulação e estimule a concentração e centralização de capitais” (BAMBIRRA, 2012, p. 136).

Através destas elaborações, torna-se claro como os países latino-americanos, com destaque aqui para o Brasil, estiveram sempre subordinados aos interesses estrangeiros, e impossibilitados de estabelecer um desenvolvimento autônomo sob as bases do capitalismo. Este padrão de reprodução do capital voltado às exportações e ao abastecimento das economias centrais (OSORIO, 2012), caracteriza a América Latina como dependente em relação ao imperialismo¹.

Dentro desta compreensão, é possível fazer a crítica de que a ciência burguesa separa e fragmenta pobreza e riqueza, desenvolvimento e subdesenvolvimento, enquanto o materialismo histórico dialético busca a perspectiva da totalidade social, compreendendo ambos como uma relação unitária, necessários à manutenção da acumulação de capital em escala mundial.

¹ De acordo com Lenin (2012, p. 123), “o imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral”, e compreende um novo estágio do acumulação de capital com predomínio dos monopólios, do capital financeiro, da exportação de capital e da partilha territorial do mundo entre nações e empresas. Nesse processo de partilha geopolítica, os países dependentes encontram-se subordinados aos países imperialistas, os quais exercem a relação de dominação permitida pelo desenvolvimento histórico das conquistas territoriais durante o período da acumulação primitiva.

Na busca por uma profunda compreensão dos mecanismos que constituem e possibilitam a manutenção da dependência, Ruy Mauro Marini aponta três características fundamentais: i) transferência de valor; ii) superexploração da força de trabalho; iii) ruptura entre produção e consumo das massas. Para o autor “nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite” (MARINI, 2012, p. 63). Com essa afirmação, é evidente que os processos que possibilitam a reprodução da dependência estão inseridos nos marcos da lei geral da acumulação capitalista, onde o trabalho é central para a produção de mais-valia² e, portanto, para a reprodução do capital (MARX, 2013).

A particularidade do ciclo do capital nas economias dependentes tem seu ponto de partida essencialmente na transferência de valor, compreendida como o excedente produzido através do trabalho não pago (mais-valia) e transferido para os países centrais, “tanto na forma de lucros quanto na forma de juros” (AMARAL, CARCANHOLO, 2012, p. 88). Nesta direção, Marini afirma que (2012, p. 52), “uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção”.

Outro aspecto inerente às economias dependentes é a ruptura entre produção e necessidade de consumo das massas (MARINI, 2000). No primeiro e segundo tipos de dominação externa, citados por Fernandes (1975), o consumo interno se realizava através das importações, enquanto a produção interna – de bens primários – era escoada pelas exportações. No entanto, após o desenvolvimento da industrialização e da vinculação orgânica entre burguesia brasileira e capital internacional imperialista, segundo Marini (2000), esta ruptura passa a ocorrer no próprio mercado interno, entre esfera baixa – trabalhadores – e esfera alta de consumo – burguesia.

Nas economias centrais, com o avanço das tecnologias e incorporação às exigências determinantes para a reprodução da vida do trabalhador, as mercadorias destinadas à esfera alta passam a compor o que Marx chamou de elemento histórico-moral do valor da força de trabalho, transformando-se em produtos de consumo

² Segundo Marx (2013, p. 293), “o segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não apresenta para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada”.

popular³ (LUCE, 2013). No entanto, este processo não se dá da mesma forma nas economias dependentes.

Luce (2013, p. 160) questiona que “e se a única forma de o trabalhador acessar tais bens de consumo que se tornaram bens necessários for endividar-se ou submeter-se a uma carga extra de trabalho?” Neste caso, segundo o autor, “estaremos diante de uma alteração do elemento histórico-moral sem ser acompanhada pela remuneração”.

Se é somente à custa da redução do fundo de consumo do trabalhador (consumir menos alimento para ter um televisor ou uma lavadora) e de seu fundo de vida (trabalhar redobrado, além da duração normal e da intensidade normal da jornada) que o trabalhador consegue acessar tais bens que se tornaram necessários, isso significa que do ponto de vista da relação-capital tais valores de uso não passaram a integrar o valor da força de trabalho (LUCE, 2013, p. 161).

Isto ocorre porque a produção industrial latino-americana não depende exclusivamente das condições de salário dos trabalhadores, isto é, o valor das mercadorias produzidas não determina o valor da força de trabalho (MARINI, 2000). Ou, em outras palavras, o aumento da produtividade não é acompanhado pelo aumento dos salários.

Com relação à superexploração da força de trabalho, Marini (2011) considera que esta se constitui como mecanismo de compensação das perdas decorrentes da transferência de valor, caracterizando-se como o princípio fundamental da economia subdesenvolvida. Isto significa que, para a garantia da acumulação de capital em escala mundial e para a manutenção da taxa de lucro das burguesias nacionais associadas ao capital estrangeiro, há uma dupla expropriação da força de trabalho, através do aumento da intensidade do trabalho, prolongamento da jornada ou remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Este processo evidencia ainda mais os níveis de desigualdade social e pobreza, implicando a não satisfação de necessidades consideradas básicas ou essenciais para a reprodução da vida do/a trabalhador/a.

A apresentação de tais condições não tem por objetivo traçar uma relação fatalista ou conformista com a realidade, mas ao contrário, evidenciar que a luta de classes nos países dependentes tem peculiaridades, posto que a luta por reformas

³ Conforme Luce (2013, p. 159), “produtos que antes eram francamente suntuários, isto é, bens de consumo de luxo, com o tempo passaram à condição de bens de consumo corrente ou bens-salário, ou seja, bens de consumo necessário que fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores. Dois exemplos notórios, o televisor e a máquina de lavar, que eram bens suntuários nas décadas de 1960 e 1970 hoje são valores de uso encontrados inclusive nos lares de famílias que vivem em moradias precárias e com renda familiar abaixo do necessário. Tais valores de uso deixaram a condição de bens de luxo tanto porque o avanço da fronteira tecnológica barateou a sua produção como porque passaram a expressar necessidades que a sociabilidade capitalista colocou para os trabalhadores”.

ensiona o capital de maneira mais acirrada que nos centros capitalistas. Tais reformas, entretanto, se não condicionadas a uma plataforma de luta revolucionária, tendem a ser incorporadas pelo capital e submetidas a ele.

Com base nas elaborações gramscianas, considera-se a sociedade civil como espaço da luta de classes, onde se expressam conflitos e confluências de interesses entre burguesia e classes subalternas. O Estado capitalista é, então, a condensação da luta de classes, expressão da hegemonia da classe dominante burguesa, e é a sociedade civil o espaço de construção de hegemonia, conforme o nível de organização das classes e frações de classes. Na síntese de Fontes (2010, p. 133, grifos da autora), “em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da *produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação de dominação, através do Estado*”.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil”, (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou do Estado”, planos que correspondem respectivamente a função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2000b, p. 20).

Aprofundando a compreensão do Estado capitalista, em sua dimensão ampliada, Gramsci (2000a, p. 42) afirma que “a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis [...] entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados”. Para o autor, estes interesses “implicam-se reciprocamente [...] segundo as atividades econômicas e segundo os territórios”. Entretanto, ressalta que o processo de incorporação das demandas das classes subalternas pode acontecer contanto que não toque no que é essencial para a acumulação de capital.

Compreender as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas nos âmbitos do Estado e da sociedade civil nos últimos anos é imperativo para a devida apreensão das políticas sociais e suas possibilidades de avanço, na perspectiva de reduzir os ganhos do capital e ampliar os direitos sociais, contribuindo para a construção de um projeto contra-hegemônico. Também é importante manter a atenção voltada para quais setores do *grupo dirigente fazem sacrifícios de ordem econômico-corporativa* para sustentar a hegemonia e a conciliação entre as classes sociais, uma vez

que o atendimento às demandas de uma ou outra fração de classe poderá desembocar em políticas econômicas e sociais diferenciadas.

Segundo Bianchi (2001, p. 28), cabe aos capitalistas – ou a uma parte deles – a administração da produção e reprodução do capital, mas também “a capacidade de organizar a sociedade em geral e até mesmo o organismo estatal de modo a criar as condições necessárias à expansão de sua classe, ou possuir a capacidade de escolher os ‘delegados’ responsáveis pelas relações gerais externas à empresa”. Essa afirmação permite inferir que, internamente, a burguesia possui formas de organização de classe capazes de disputar a hegemonia, tais como as confederações nacionais representantes dos diversos setores econômicos. Com base em Osorio (2014), a burguesia é composta pelas frações industrial, comercial, agrária, mineradora e financeira e, no Brasil, podem ser representadas por meio das seguintes entidades: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

As frações e setores da burguesia tem seus interesses acomodados no Estado, e podem alternar-se na ocupação de determinados espaços de decisão e definição das políticas econômicas e sociais, conforme a correlação de forças internas à própria burguesia, no que Poulantzas (1984, p.128) caracteriza como *bloco no poder*.

A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política.

Fontes (2010, p. 139) nos auxilia nessa direção ao afirmar que as análises de Gramsci permitem a reflexão sobre os embates entre as classes, mas também sobre as modalidades interburguesas de associatividade e de organização que, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, expressam conflitos no interior da classe dominante, e por isso “precisam espriar-se para além dos limites estreitos da própria classe, envolvendo de maneira educativa e formadora setores subalternos e ampliando o Estado, no sentido de conter distintos projetos burgueses”.

Na década de 1960, Ianni afirmara que a fração da burguesia industrial definia de modo claro sua relação com o Estado: “Tendo em vista a necessidade de converter as relações de produção em relações de dominação, em seu favor, essa burguesia infiltra-se no aparelho estatal ou procura fazê-lo operar em seu benefício” (IANNI, 1989, p. 93). Segundo o autor, os aspectos básicos das relações entre a burguesia e o Estado baseiam-

se na atuação estatal voltada ao desenvolvimento do mercado e à produção de mais-valia, bem como na formulação da política econômica com representantes diretos da burguesia. Além disso, muitas vezes os técnicos e políticos colocam-se como mediações entre a burguesia e o Estado. Nesse viés, “o processo de conversão do poder econômico em poder político, imprescindível à preservação do mercado e do tipo de apropriação vigente, depende de técnicas cada vez mais refinadas” (IANNI, 1989, p. 93).

Agora não se discute mais se o Estado é ou não o principal centro de decisão; discute-se como ele deve intervir. Cada classe social luta para que a atuação do poder público se oriente num ou noutro sentido. No seio de cada classe, muitas vezes, formam-se correntes adversas. Em todas, no entanto, está em discussão a maneira direta, indireta ou conjugada pela qual o Estado deve intervir. Ninguém mais nega que o Estado é a instituição através da qual as relações de produção se convertem em relações de dominação (IANNI, 1989, p. 97).

Conforme Ianni (1989, p. 94), as vinculações econômicas diretas entre as empresas privadas e o Estado sintetizam-se em três aspectos: i) a maior parte dos negócios dos grandes empresários depende de órgãos de crédito governamentais, que possibilitam financiamentos, empréstimos, subsídios, etc; ii) “boa parte das grandes empresas está em débito permanente para com institutos da previdência social, débitos estes que são utilizados na formação de capital de giro, com vantagem sobre qualquer outro, pelos juros baixíssimos”; iii) os governos sempre são grandes consumidores dos “serviços” das empresas privadas no que se refere à empreendimentos nos setores de transportes, energia, portos, sistema escolar e de saúde, etc., e por isso concedem estímulos para o desenvolvimento destes empreendimentos.

Entretanto, o autor alerta que nem sempre a consciência do empresariado está em harmonia com as diretrizes estatais. Isso quer dizer que nem todos os setores se veem imediatamente representados pelas medidas advindas dos governos, criticando-as ou mesmo negando-as. “Como o Estado é uma instituição ‘privilegiada’, em face do sistema como um todo, por ser a confluência entre as relações de apropriação e dominação, [...] ele muitas vezes ‘representa’ uma consciência que o empresário nem sempre apanha plenamente” (IANNI, 1989, p. 116). Assim, por vezes surgem tensionamentos entre as expectativas de alguns setores da burguesia e a atuação do Estado.

Poderíamos afirmar que essas flutuações e descompassos exprimem nitidamente a distância que separa a consciência individual ou mesmo de grupos sociais e as manifestações reais da consciência de classe. [...] É que, na forma em que está constituído, o Estado assume o ponto de vista da economia em geral (a produção de mais-valia), a curto, médio e longo prazos, ao passo que a burguesia, em muitos momentos, assume o ponto de vista do

setor ou da empresa, a curto, médio ou longo prazos. Nem sempre um e outro se encadeiam [...]. A situação do empresário, por mais rica que seja, nem sempre lhe abre toda a perspectiva possível à classe. Além do mais, na especialização progressiva das tarefas, de conformidade com as determinações da racionalidade possível no sistema, o técnico surge como o intelectual da classe, formulando as ações desta. Por isso é que nasce a teoria do Estado como instituição superior, autônoma, neutra.

O autor prossegue argumentando que o Estado, como expressão das relações de classes no processo de acumulação capitalista, muitas vezes “assume a configuração que a consciência histórica do grupo ou classe pode elaborar, por isso é que às vezes parece um gigante animado, ao passo que outras vezes neutro”.

Em verdade, *o Estado resulta das relações de classes sociais*. Ao constituir-se, adquire certos contornos e individualidade, para que possa existir. Já que se trata de mediação nas relações entre classes hierarquizadas, ele ganha vinculações mais ou menos estreitas com a classe dominante. *Constitui-se nessas relações como órgão da classe dirigente. Mas não perde nunca o seu caráter de produto das relações de classes sociais antagônicas*. Por isso é que não pode ser reduzido à condição de instrumento puro e simples da classe dominante. Como esta classe não existe senão em suas relações com as outras, ao produzir-se a mercantilização da força de trabalho e nos meios de produção e consumo, o Estado se empobreceria se fosse definido apenas como instrumento unívoco num sistema de dominação. Para que ele se preserve como órgão da classe dirigente, é preciso que se mantenha mediação das classes sociais (IANNI, 1989, p. 116-117, grifos nossos).

É nesse contexto que se inserem as organizações de classe do capital. Com objetivo de representar os interesses da burguesia e suas frações de classe e sustentar sua dominação política e econômica, estas entidades – aparelhos privados de hegemonia – criam uma relação direta e orgânica com o Estado, podendo variar de acordo com a correlação de forças interna no bloco no poder, mas também com as relações com os movimentos dos trabalhadores e as lutas de classes em geral.

Nesse sentido, Fontes (2010) afirma que a análise gramsciana de Estado, correlacionada aos aparelhos privados de hegemonia, permite compreender a extensa rede de associatividade que consolida o capitalismo monopolista e constitui a ampliação do Estado.

Embora em Gramsci essa reflexão partisse sobremaneira dos embates entre as classes, sua argúcia permite analisar também as modalidades interburguesas de associatividade e de organização, através de aparelhos privados de hegemonia que, em geral resultando de conflitos ou divergências no interior da classe dominante, precisam espalhar-se para além dos limites estreitos da própria classe, envolvendo de maneira educativa e formadora setores subalternos e ampliando o Estado, no sentido de conter distintos projetos burgueses. (FONTES, 2010, p. 139).

Dessa forma, cabe aos empresários – ou a uma parte deles – a administração da produção e reprodução do capital, mas também “a capacidade de organizar a sociedade em geral e até mesmo o organismo estatal de modo a criar as condições necessárias à expansão de sua classe, ou possuir a capacidade de escolher os ‘delegados’ responsáveis pelas relações gerais externas à empresa” (BIANCHI, 2001, p. 28).

Bianchi (2001), em seu estudo acerca da organização do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), explicita a tese de que durante a expansão da atividade industrial no Brasil, no período entre 1945 e 1964, desenvolve-se também a ampliação da ação empresarial e disseminam-se inúmeras associações industriais paralelas. Estas organizações setoriais criadas pelos empresários deveriam ser “capazes de articular com maior eficácia, junto ao governo federal, os interesses econômico-corporativos de cada ramo de atividade”, num momento em que o governo de Juscelino Kubitschek abria as portas para “representantes do setor privado e estatal para definir e acompanhar a implementação dos objetivos setoriais do Plano de Metas⁴” (BIANCHI, 2001, p. 39).

Nas décadas que se seguiram, houve um aperfeiçoamento do sistema de representação empresarial por meio da formação de entidades que articulavam os interesses setoriais do empresariado, com participação direta dos empresários no aparelho estatal, normalmente restrita “à definição de políticas localizadas, relacionadas aos interesses mais imediatos dos setores representados” (BIANCHI, 2001, p. 49).

A hegemonia se configura pelo lugar ocupado nas relações de produção, mas também pela capacidade de direção política e ideológica da classe ou fração de classe dirigente, o que “implicam formas institucionalizadas e eficazes de representação. [...] Torna-se, assim, evidente que o exercício da hegemonia é incompatível com uma crise de representação” (BIANCHI, 2001, p. 48). O autor destaca, então, que a crise de representação – ou crise de hegemonia – do empresariado brasileiro manifestou-se com toda sua força na década de 1980, quando multiplicaram-se entidades com diferentes visões sobre como deveriam ser conduzidas as políticas estatais, com destaque para a política econômica⁵.

Por esta razão, de acordo com Bianchi (2001), foi necessária uma reconfiguração da organização burguesa no país, com objetivo de recompor a hegemonia abalada. A falta de articulação entre as diferentes frações do capital e o medo da vitória do então

⁴ O Plano de Metas foi um conjunto de medidas setoriais desenvolvidas no governo JK que objetivava impulsionar a industrialização e modernização do Brasil no período entre 1955 e 1960.

⁵ Para um estudo aprofundado sobre este tema, conferir “Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE”, livro de Álvaro Bianchi (2001) derivado de sua dissertação de mestrado.

candidato Luiz Inácio Lula da Silva, fez com houvesse uma unidade em torno do voto útil ao candidato Fernando Collor de Mello na eleição de 1989. Totalmente insatisfeitas com este governo, as frações de classe burguesas voltaram a se alinhar para a derrubada de Collor e, a partir de seu *impeachment*, em 1992, “os primeiros passos para uma superação da crise de direção da burguesia começavam a ser dados” (BIANCHI, 2001, p. 136).

Bianchi (2001, p. 137) afirma que a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, representava para os empresários a possibilidade de superação definitiva da crise de representação das classes dominantes.

Em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso articulou-se um bloco que passou a disputar a hegemonia política da sociedade brasileira. Com um programa que tinha por objetivo compatibilizar o Brasil com o curso geral de reformas estruturantes representado pelo chamado “Consenso de Washington” esse bloco permitiu que as elites brasileiras rompessem a postura defensiva com a qual enfrentaram a crise dos anos 1980.

Para o autor, “ao invés da direção de uma classe sobre toda a sociedade consolidou-se a direção de uma fração da classe dominante sobre o seu conjunto através da mediação do Estado”. Isto significa que o governo de FHC “viabilizou a direção do capital financeiro sobre o conjunto da burguesia” (BIANCHI, 2001, p. 162). Entretanto, este não foi um fato que encerrou as disputas intra-burguesas ou delas com o restante da sociedade, posto que estão em constante reconfiguração.

Já no segundo mandato de FHC (1998-2002), os efeitos da crise internacional de 1997 trouxeram novamente os protestos dos empresários. Bianchi (2001, p. 163) destaca que “as possibilidades de distribuição no interior das diferentes frações do capital dos ganhos financeiros diminuíram. E a voz dos industriais começou a assumir um tom mais elevado”. A partir dali, mais uma vez apontava-se para a crise de hegemonia no interior do bloco no poder.

Da mesma forma, segundo Bianchi (2001), uma crise de hegemonia não atinge apenas a burguesia e o parlamento, mas é também uma crise de direção das classes subalternas, que em determinados momentos encontram-se desarticuladas e sem o necessário acúmulo de forças para disputar projetos hegemônicos.

As possibilidades de articular um projeto alternativo ou de alinhar defensores atrás desses projetos, criando tentativas de resolução da crise, são, entretanto, assimétricas. As classes dominantes tradicionais, ao contrário das classes subalternas, contam com grande número de intelectuais, numeroso pessoal especializado capaz de formular esses projetos e organizar seus defensores. *Podem mudar de pessoal dirigente, de programa e mesmo de partido, de modo a oferecer, rapidamente, uma saída para a crise.* Não raro, constroem a unidade que até então parecia impossível que atingissem, perfilando-se sob

a direção do partido que melhor encarna as necessidades de todas as classes dominantes naquele momento. E as necessidades, nessas ocasiões, não são outras que a superação da própria crise (BIANCHI, 2001, p. 24, grifo nosso).

Se houve nas décadas de 1980 e 1990 uma crise de hegemonia⁶ no Brasil, relacionada à “crise do Estado e das formas de organização política, ideológica e cultural da classe dirigente” (BIANCHI, 2001, p. 21), nos anos 2000 a burguesia soube reconfigurar-se de forma a obter novamente o consenso do bloco no poder, através da mediação do Partido dos Trabalhadores. Bianchi (2001, p. 23) reforça esta ideia quando afirma que “a cada tentativa de resolução dessa crise ela cobra um novo desenho. O fracasso dessas tentativas não conduz, entretanto ao ponto de origem. Ganhos e perdas são contabilizados por cada grupo ou fração”.

Com base nesse marco analítico, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 trouxe a necessidade de novas análises acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, visto que despertou esperanças por um projeto que aliasse crescimento econômico e desenvolvimento social, com base num novo pacto de classes calcado na ideologia do neodesenvolvimentismo, e apresentado como uma terceira via aos projetos liberal e socialista (CASTELO, 2012).

No processo de discussão sobre um “novo projeto de desenvolvimento” para o Brasil, Castelo (2012) destaca três correntes: a primeira, liderada pelas indicações de Bresser Pereira, afirma a primazia do mercado e a intervenção do Estado nas falhas de mercado, a exemplo das taxas de juros e de câmbio e na promoção das exportações; a segunda corrente é denominada de pós-keynesiana e mantém semelhanças com a primeira, onde o Estado estimula o crescimento econômico diminuindo o impacto das incertezas do mercado; e a terceira, chamada de social-desenvolvimentista, exalta a ampliação do consumo de massa como forma de fortalecimento do mercado interno.

Nesse sentido, conforme Castelo (2013), o discurso neodesenvolvimentista surge no contexto de disseminação do social-liberalismo, variação ideológica do neoliberalismo, que faz confluir redução da pobreza com a respectiva manutenção dos elementos estruturais da ordem capitalista e da dependência. Num esforço de síntese, em estudo acerca do Plano Plurianual referente ao período 2004-2007, Rocha e Paiva (2011, p. 5) afirmam que “a combinação era conhecida: incitar a expansão do consumo bem como a expansão do investimento e das exportações”.

⁶ Para Bianchi (2001), trata-se de uma hegemonia em sentido restrito, no interior da própria burguesia.

A ideia de crescimento econômico com desenvolvimento social é criticada especialmente por focalizar as políticas de combate à extrema pobreza, expansão das exportações e ampliação do crédito e do consumo como as principais medidas associadas ao suposto desenvolvimento social com conciliação de classes. É possível afirmar que medidas como o “Bolsa Família, ampliação do sistema universitário federal com patrocínio das cotas, reajuste do salário mínimo, retomada dos investimentos em infraestrutura, incentivo ao consumo de massas por meio do crédito consignado” (BRAGA, 2010, p. 12) alimentaram um pacto de classes capaz de respaldar o governo federal perante as classes subalternas, ao passo em que legitimou-se frente aos setores industriais e financeiros da burguesia.

Para Boito Jr (2012), o projeto neodesenvolvimentista baseia-se numa melhoria da burguesia interna – grande capital dos setores industrial, da construção civil, bancário e do agronegócio – no bloco no poder, tendo como base social o movimento sindical e popular. Conjuntamente, estes setores compuseram a sustentação política dos governos petistas na década de 2000.

Nesse sentido, Boito Jr indica que houve o fortalecimento da burguesia interna promovido pelos governos do PT, com a melhoria da posição desta fração do capital no bloco no poder. O conceito de burguesia interna é tomado com base nas elaborações de Poulantzas:

Nos países dependentes, essa burguesia ocuparia, na análise de Poulantzas, uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países. A burguesia interna ocuparia, então, uma posição intermediária entre dois extremos – entre a burguesia nacional e a burguesia compradora – teria base de acumulação própria e poderia buscar, ao mesmo tempo, associar-se ao capital imperialista e limitar a sua expansão no interior do país (BOITO JR, 2012a, p. 67).

Ademais, o autor explicita que nos governos FHC, como já demarcado por Bianchi (2001), a fração da grande burguesia compradora e o capital financeiro internacional detinham a hegemonia no bloco no poder. Entretanto, o que Boito Jr (2012a) caracteriza como a frente neodesenvolvimentista – composta pela burguesia interna como força dirigente e com a base social calcada no movimento sindical e popular –, ainda que sem romper com o neoliberalismo, estabeleceu uma melhor posição no bloco no poder, tendo sido estes setores mais favorecidos pelas políticas econômicas e sociais, especialmente no segundo mandato do governo Lula (2006-2010).

Para buscar o crescimento econômico, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff lançaram mão de alguns elementos importantes de política econômica e social que estavam ausentes nas gestões de Fernando Henrique Cardoso [...]: a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais [...]; d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura (BOITO JR, 2012b, p. 5).

Outro elemento destacado “é a busca de superávits na balança comercial que favoreceu enormemente o agronegócio, a mineração e outros setores ligados à exportação de produtos agropecuários e de recursos naturais” (BOITO JR, 2012b, p. 7).

Algumas considerações acerca deste novo-desenvolvimentismo foram traçadas por Boito Jr (2012a), e merecem ser reproduzidas aqui. Para ele, “o projeto econômico que expressa essa relação de representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna é o projeto que poderíamos denominar neodesenvolvimentista” (BOITO JR, 2012a, p. 68). Entretanto, o autor afirma que este deve ser diferenciado do desenvolvimentismo do período de 1930-1980 especialmente por três questões:

A primeira característica é que o novo desenvolvimentismo produz índices mais modestos de crescimento econômico porque está limitado pela acumulação financeira ainda em vigor, aspecto fundamental do modelo capitalista neoliberal. O peso da dívida pública e o do juro elevado sobre a receita do Estado e sobre os lucros das empresas do setor produtivo inibe o investimento e o crescimento econômico. Uma segunda característica diferencial do novo desenvolvimentismo é que ele aceita a especialização regressiva, recuo que o modelo capitalista neoliberal impôs aos países dependentes que tinham logrado desenvolver um parque industrial mais complexo, como foi o caso do Brasil. Assim, o novo desenvolvimentismo concentra-se nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários ou de recursos naturais, e no caso da indústria de transformação, está focado nos segmentos de baixa densidade tecnológica. [...] Finalmente, estamos, na década de 2000, diante de um desenvolvimento voltado, muito mais que o seu antecessor, para o mercado externo, isto é, para a exportação. Também essa característica resulta da manutenção do modelo capitalista neoliberal (BOITO JR, 2012a, p. 69).

Neste cenário, configura-se a mediação dos governos do PT sobre a frente neodesenvolvimentista. Segundo Boito Jr (2012a), os setores representados nesta frente tiveram capacidade de sustentar a governabilidade e manutenção dos governos petistas, especialmente a partir da “crise do mensalão” em 2005. Quando se cogitou a crise política do governo Lula, a frente se manteve unida e consolidou a base do governo

principalmente através da grande burguesia interna, que “reúne setores variados⁷ como grupos industriais, bancos, agronegócio, construção civil e outros” (BOITO JR, 2012a, p. 77), e do movimento sindical e popular:

O presidente tem um trunfo político próprio: pode se apoiar, graças aos programas de transferência de renda, nos trabalhadores pauperizados e desorganizados, com os quais logrou estabelecer uma relação política do tipo populista. A política econômica do governo propiciou também algum ganho ao sindicalismo – aumento do emprego no setor público e privado, melhoria salarial do funcionalismo público, pequena recuperação do salário mínimo – além de oferecer uma isca ao movimento sindical: a oficialização das centrais sindicais. Como resultado, ganhou apoio da maior parte do movimento sindical. O governo implementou, também, políticas públicas dirigidas a reivindicações populares organizadas. O maior exemplo é o programa de construção e financiamento da casa própria denominado “Minha casa, minha vida”, programa que atende, ainda que de maneira limitada, reivindicações dos atuantes movimentos de sem-teto espalhados por todo o Brasil. Essas concessões a algumas reivindicações populares são motivo de insatisfação da burguesia, inclusive da grande burguesia interna que o governo representa (BOITO JR, 2012a, p. 73).

Neste último ponto, parece inevitável evidenciar uma discordância com o exemplo mencionado pelo autor. Como melhor explicitado em outros itens do presente trabalho, o “Programa Minha Casa, Minha Vida” foi elaborado para atender prioritariamente aos interesses da indústria da construção civil, num momento de crise econômica internacional. Indubitavelmente, teria impactos também na geração de empregos e no suprimento do déficit habitacional para a população de baixa renda. Entretanto, o caráter dos empregos criados, o atendimento pormenorizado às famílias com menor renda, a lógica voltada ao fortalecimento do crédito para o acesso ao consumo, gerando uma hiperinflação imobiliária, e a falta de articulação com as demais políticas urbanas são questões que fazem enorme diferença na avaliação deste programa. Ademais, o maior erro desta afirmação de Boito Jr (2012a) refere-se à suposta insatisfação da grande burguesia interna com “essas concessões a reivindicações populares”. Ao contrário, a avaliação tanto do PAC como do PMCMV foi extremamente positiva por parte dos empresários representados pelas entidades da indústria e da construção civil (CNI, 2012; CBIC, 2013). Em texto posterior, Boito Jr (2012b, p. 10) afirmou que o Programa Minha Casa Minha Vida “ensejou uma

⁷ Conforme Boito Jr (2012a, p.77), “o que unifica setores tão heterogêneos da classe capitalista brasileira numa mesma fração burguesa é a sua disputa com o capital financeiro internacional, tanto no interior do país quanto – e cada vez mais – na arena internacional, principalmente em países do Hemisfério Sul. [...] Diante do grande capital financeiro internacional, a grande burguesia interna, mesmo tendo interesse em atrair investimentos estrangeiros para o Brasil, procura preservar e ampliar as posições que detém no sistema econômico internacional e no exterior. Para isso, conta com a ação protetora e ativa do Estado brasileiro”. Esta proteção se deu principalmente via investimentos do BNDES, através de “programas especiais de crédito e de participação acionária” (Id. Ibid., p. 81).

convergência de interesses entre os sem-teto e todo um ramo da construção civil – a convergência de interesses não exclui a luta em torno do modelo de casa, do modo de financiamento e de outros pontos do programa”. Feita esta ressalva, o próprio autor recupera a ideia de que, mesmo com o atendimento a algumas das reivindicações dos movimentos sindical e popular, “o governo, no entanto, preserva os interesses estratégicos da burguesia interna” (BOITO JR, 2012a, p. 73).

Pois, ainda que com a manutenção de uma frente ampla em torno da consolidação da hegemonia da grande burguesia interna e dos governos petistas, existiam contradições no interior dessa frente neodesenvolvimentista. Tais contradições referem-se a interesses que se opõem, tanto no seio da grande burguesia interna como dela com o movimento operário e popular.

Os grandes empresários querem: juros mais baixos, investimento estatal em infraestrutura, proteção alfandegária, BNDES a seu serviço e diplomacia empresarial e outras benesses, mas rejeitam a contratação de novos funcionários, reajustes para o funcionalismo, reajuste do salário mínimo, o gasto da previdência etc. É o que já sabemos: querem um Estado enxuto para os trabalhadores e dadivoso para os empresários (BOITO JR, 2012a, p. 102).

O maior exemplo citado pelo autor é o setor mais pauperizado de trabalhadores sem terra, que não se encontra assentado e por isso tem fortes embates com o agronegócio, fração do capital que também compunha a frente e a qual o governo optou por priorizar. Por isso, o número de desapropriações de terras nos governos do PT foi baixíssimo. Em contrapartida, para manter o movimento popular na frente neodesenvolvimentista, o governo fez concessões aos setores dos movimentos por terra que já estavam “remediados”, como foi possível observar com a implementação de maiores subsídios para agricultura familiar (BOITO JR, 2012b, p. 9).

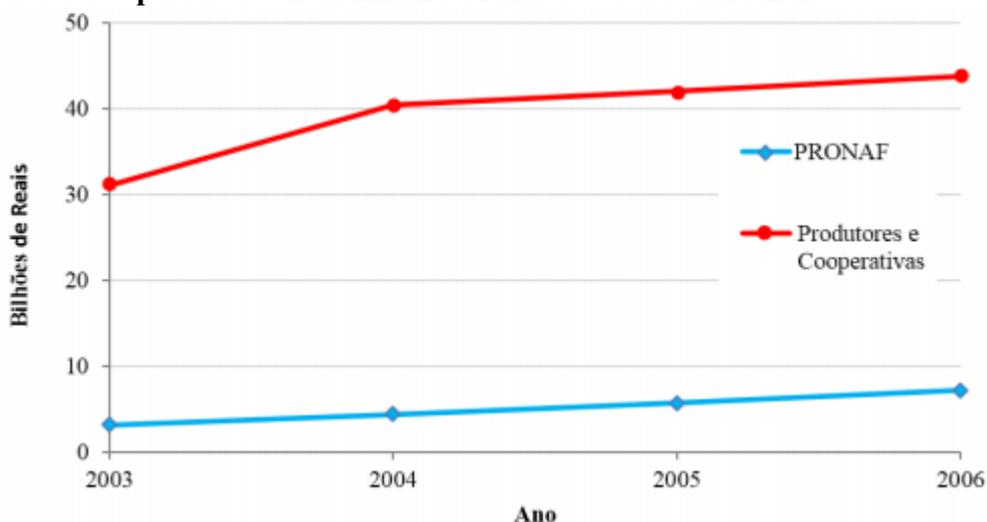
Nessa direção, o trabalho de Costa (2013) apresenta dados que evidenciam a ampliação de investimentos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF durante os governos Lula⁸.

No primeiro ano do primeiro mandato de Lula ele foi de R\$ 3.158.400.036,64, no primeiro ano do segundo mandato de Lula foi de R\$7.122.941.867,34 e no primeiro ano do primeiro mandato de Dilma foi de R\$ 13.304.696.799,44, sendo que em 2012 este valor já passou para R\$ 16.358.978.153,12, o que nos leva a constatar que de 2003 a 2012 o valor destinando ao financiamento do PRONAF ampliou-se, aproximadamente, 416,2%. Este é sem dúvida um número bastante expressivo.

⁸ Para um maior aprofundamento sobre o PRONAF nos governos petistas, ver a dissertação de Carolina Rodrigues Costa, “Políticas públicas e lutas sociais no meio rural: dilemas e contradições do PRONAF”, de 2013.

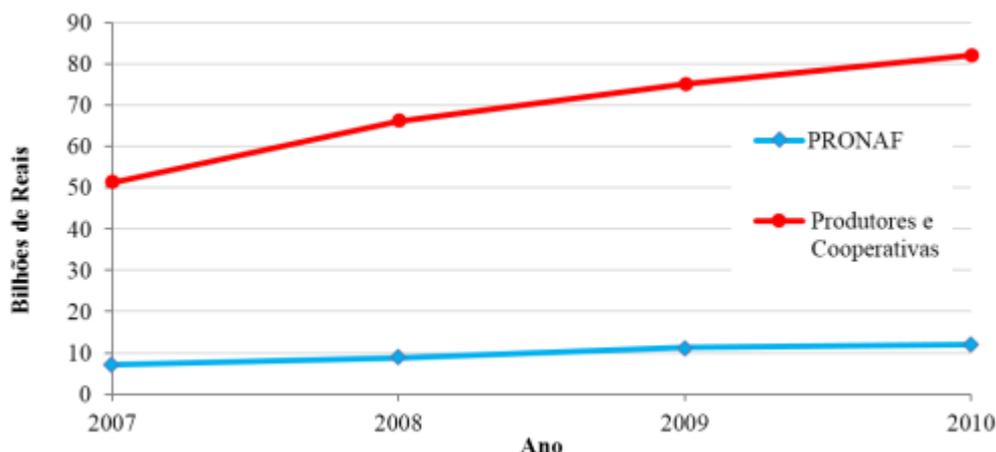
Entretanto, a autora ressalta que “apesar de tal evolução, os investimentos feitos pelo governo no segmento de ‘Produtores e Cooperativas’ foram, durante estes dez anos, bem maiores que aqueles destinados ao PRONAF” (COSTA, 2013, p. 169). Isto significa que a “grande produção rural” recebe uma quantidade de recursos bastante superior aos dedicados à agricultura familiar, como mostram as figuras a seguir.

Figura 1 - Evolução dos Recursos Destinados ao PRONAF e ao Financiamento de “Produtores e Cooperativas” no Primeiro Mandato do Governo Lula.



Fonte: COSTA, 2013.

Figura 2 - Evolução dos Recursos Destinados ao PRONAF e ao Financiamento de “Produtores e Cooperativas” no Segundo Mandato do Governo Lula.



Fonte: COSTA, 2013.

Nos anos de 2011 e 2012, correspondentes aos dois primeiros anos do mandato de Dilma Rouseff, a proporção se manteve a mesma, como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 1 - Recursos Destinados ao PRONAF e ao Financiamento de “Produtores e Cooperativas” no Primeiro Mandato do Governo Dilma.

	PRONAF (R\$)	Produtores e Cooperativas (R\$)
2011	13.304.696.799,44	94.112.666.478,40
2012	16.358.978.153,12	114.846.299.913,99

Fonte: COSTA, 2013.

Além disso, Costa (2013) demonstra que as culturas que receberam maiores financiamentos do PRONAF foram o milho e a soja. No segundo mandato de Lula, “em todos os anos, de 2007 a 2010, a soma dos valores que foram destinados ao financiamento de milho e soja foi maior do que aqueles que foram dispensados para o PRONAF como um todo”. Estes dados explicitam o fortalecimento do agronegócio e a primarização de *commodities* para exportação.

Ao retomar Boito Jr (2012a), fica claro que nem todos os setores do agronegócio apoiaram o governo Lula, já que esse “é um setor amplo, heterogêneo e composto por segmentos que possuem poder econômico e lucratividade muito desigual”. Todavia, segundo o autor, “o segmento superior e mais poderoso do setor tem os seus interesses contemplados pela política governamental” (BOITO JR, 2012a, p. 98). O exemplo citado pelo autor que ilustra esta afirmação é relacionado à empresa de produção e comercialização de carne Friboi, que se tornou a maior do mundo em poucos anos graças ao apoio econômico do governo Lula.

Os poucos e grandes frigoríficos, as processadoras de suco, as usinas e os bancos estão nas mãos de grupos economicamente muito mais poderosos que os proprietários de terra [latifundiários], e os seus interesses não coincidem, exatamente, com os interesses desses últimos. São os segmentos mais poderosos do agronegócio que apoiam o governo e que estamos incluindo na grande burguesia interna (BOITO JR, 2012 a, p 99).

No entanto, mesmo com as contradições advindas de uma junção entre classes e frações de classes distintas e até antagônicas no processo de produção e reprodução do capital, esta frente neodesenvolvimentista se manteve, segundo Boito Jr (2012a), por uma unidade necessária na disputa com a burguesia compradora pela hegemonia no bloco no poder. Para o autor, embora em quaisquer dos dois cenários a política de desenvolvimento priorize o grande capital monopolista em detrimento das pequenas empresas e dos interesses dos trabalhadores, estas duas frações guardam diferenças centrais no que se refere à posição diante do imperialismo.

Tanto a grande burguesia compradora quanto a grande burguesia interna integram o mundo do grande capital. Trata-se das grandes empresas dotadas de poder econômico e que, na maioria dos casos, atuam como empresas monopolistas – ou oligopolistas – nos seus ramos de atividade. O deslocamento da hegemonia política no interior do bloco no poder

monopolista de uma dessas duas frações para outra não é, portanto, uma mudança política de alcance maior [...]. A grande burguesia compradora e a grande burguesia interna podem se revezar na posição central nesse bloco no poder sem promoverem alterações de fundo na política econômica e social e sem provocarem rupturas institucionais no Estado ou no regime político. (BOITO JR, 2012a, p. 74).

Este não é um debate simples e traz diversos desdobramentos para a discussão do momento atual. A principal questão apresentada é que a burguesia interna estaria muito bem acomodada em associação ao capital financeiro internacional, já que as perdas pela expropriação que de fato ocorre deste sobre aquela são compensadas por mecanismos de expropriação sobre os trabalhadores, no que já foi aqui caracterizado como a superexploração da força de trabalho.

Há uma série de debates em torno da tese de Boito Jr, especialmente pela dificuldade em caracterizar esse período como neodesenvolvimentista. Para Coutinho (2010, p. 31) tal período é designado como hegemonia da pequena política⁹, onde houve uma “simples aceitação resignada do existente como algo ‘natural’” (COUTINHO, 2010, p. 31), ao passo em que se realizou uma adequação das demandas dos trabalhadores em prol da hegemonia burguesa e da manutenção da ordem capitalista. Além disso, há questionamentos sobre em que grau é possível separar, no capitalismo de hoje, “presidido pela lógica e pelos imperativos da valorização financeira” (PAULANI, 2010, p. 109), o capital financeiro internacional do capital interno, posto que o processo de financeirização está presente nas atividades produtivas e de serviços¹⁰.

A ideia de crescimento econômico com desenvolvimento social é criticada por diversos autores¹¹, especialmente por focalizar as políticas de combate à extrema pobreza, expansão das exportações e ampliação do crédito e do consumo como as

⁹ O livro “Hegemonia às avessas”, organizado por Oliveira, Braga e Rizek (2010), traz diferentes hipóteses interpretativas acerca da caracterização das relações de hegemonia no Brasil atual, tais como “revolução passiva à brasileira” (BRAGA, 2010), hegemonia da pequena política (COUTINHO, 2010) ou hegemonia às avessas (OLIVEIRA, 2010). Todas estas confluem para análises críticas em relação à política desenvolvida nos governos Lula.

¹⁰ Um exemplo neste campo é a atuação dos grupos econômicos que se inserem na educação, tanto por meio da propriedade de instituições educacionais, como na abertura de capital na bolsa de valores. Ver <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/12/maior-grupo-de-educacao-dos-eua-compra-faculdade-do-parana.html>>. Acesso em 05/12/2014.

¹¹ Ao mesmo tempo, esta visão é defendida por muitos intelectuais e também pelo setor mais importante de base do governo, que Boito Jr (2012a, 2012b) caracteriza como a frente neodesenvolvimentista. Dentre muitos outros, poderíamos citar Marcelo Neri, André Singer, Marcio Pochmann e Emir Sader como os principais intelectuais identificados com a representação da visão governista.

principais medidas associadas ao suposto desenvolvimento social com conciliação de classes (MOTA, 2012; ROCHA, PAIVA, 2011).

De acordo com o documento [Plano Brasil de Todos], residia aí o grande desafio do país sob coordenação do PPA 2004-2007: eliminar os principais obstáculos ao crescimento continuado da economia, na direção do incremento ao consumo de massa em âmbito interno, bem como a redução da vulnerabilidade externa, considerando a influência positiva de tal redução para a expansão do volume de exportações. A combinação era conhecida: incitar a expansão do consumo bem como a expansão do investimento e das exportações. [...] Há uma perceptível nostalgia do desenvolvimentismo neste projeto, sem a ousadia do enfrentamento das causas da dependência (ROCHA, PAIVA, 2011, p. 5).

Dessa forma, o discurso neodesenvolvimentista passa, retomando Mota (2012, p. 33, grifos da autora), a “transitar por uma espécie de *juízo moral* que, ao criticar os maus e desonestos capitalistas – qualificados de especuladores irresponsáveis – defendem o capitalismo *sério, real, produtivo, democrático e redistributivo*”.

Mota (2012, p. 169) assinala que houve de fato um crescimento econômico na economia dos países da América Latina, “em especial com as exportações de *commodities* (soja, milho, trigo, cana-de-açúcar, petróleo, níquel, cobre, latão) para a Índia e para a China”. No entanto, segundo a autora, “o crescimento alcançado pela América Latina se apoia, por um lado, na crescente exploração de *commodities* e, fundamentalmente, na superexploração do trabalho como estratégia de geração de excedente na periferia do capitalismo a ser apropriado no centro deste”. Dessa forma, é desenvolvida uma intervenção social nestes países sem que se alterem os pilares das relações sociais capitalistas, permitindo “o controle dos ingressos gerados pela primarização com a extensão do bem-estar para os pobres”. (MOTA, 2012, p. 172).

Tais elementos se expressaram na realidade por meio de políticas governamentais como o acesso ao crédito para o Programa Minha Casa Minha Vida e Programa Minha Casa Melhor, o crédito consignado em folha de pagamento, os cartões de crédito, o crédito rural, entre outros, todos voltados para a ampliação do consumo e inserção social via a mercantilização cada vez maior do acesso aos bens e serviços, ao passo em que fortalecia as empresas privadas e o capital bancário.

Nesse sentido, a inserção social viabilizada pelo consumo durante os governos Lula e Dilma priorizou tornar o consumo viável a setores da classe trabalhadora através do aumento de linhas de crédito, valorização do salário mínimo e programas de transferência de renda. No entanto, não houve uma disputa política e ideológica em torno da conquista de direitos universais e da construção de sujeitos políticos, fazendo

com que uma parcela da população trabalhadora saísse da extrema pobreza vinculada ao fetiche da mercadoria e sem qualquer protagonismo político. O caráter contestatório da luta de massas e das políticas sociais foi deixado de lado, obscurecendo os antagonismos de classe (ROCHA; PAIVA, 2011) e fortalecendo a “hegemonia da pequena política”¹². (COUTINHO, 2010).

Tal política pautada na ampliação do consumo abriu margens para a disseminação da tese sobre o surgimento de uma “nova classe média” no Brasil (NERI, 2008)¹³. Esta argumentação busca classificar as classes segundo critérios de renda, sem levar em conta as origens e fontes de renda, omitindo as relações de produção e criando a ilusão da possibilidade de mobilidade entre as diversas “classes” a partir do esforço individual.

Marx (2008, p. 1013), no capítulo 52 d’O Capital, demonstra uma aproximação com o debate:

A questão que se propõe agora é esta: que constitui uma classe social? A resposta decorre automaticamente da que for dada à pergunta: que faz dos assalariados, dos capitalistas e dos proprietários de terra membros das três grandes classes sociais? À primeira vista, a identidade das rendas e das fontes de renda. [...] Sob esse aspecto, porém, os médicos e os funcionários públicos, por exemplo, constituiriam também duas classes, pois pertencem a dois grupos sociais distintos, e as rendas dos membros de cada um deles fluem da mesma fonte. O mesmo se estenderia à imensa variedade de interesses e ofícios segundo os quais a divisão do trabalho social separa os trabalhadores, os capitalistas e os proprietários de terras; estes, por exemplo, se dividem em proprietários de vinhedos, de áreas de lavoura, de florestas, de minas, de pesqueiras. [Interrompe-se aí o manuscrito].

Neste trecho, Marx aponta a questão da renda como o aspecto aparente na constituição das classes, o primeiro momento de um processo de abstração que se conforma pela afirmação, negação e negação da negação. Iasi (2011, p. 106-107) nos ajuda nesse sentido quando destaca que Marx “não está dizendo que as classes de definem por diferente formas e fontes de renda, ainda que, automaticamente, ‘à primeira vista’ assim pareça. O termo-chave é exatamente ‘à primeira vista’, o que remete à aparência, ponto de partida para um processo de abstração [...]”.

¹² Gramsci (2000a, p. 21), nos Cadernos do Cárcere, caracteriza a *grande política* como “as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”, enquanto que a *pequena política* “compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política”. Para ele, se trata da política do dia a dia, política parlamentar, etc, e ressalta que faz parte da grande política tentar “reduzir tudo a pequena política”.

¹³ A pesquisa pioneira intitulada “Nova classe média” foi realizada pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob coordenação do economista Marcelo Neri (2008). Posteriormente, Neri assumiu a presidência do IPEA (2012-2014).

Ainda assim, este primeiro momento aparente não gira em torno da quantidade de renda, mas sim da *identidade das rendas e das fontes de renda*, levando em conta a inserção na divisão social do trabalho. Portanto, as análises supostamente científicas que consideram somente a quantidade de renda não se propõem sequer ao primeiro momento de aproximação com o real na construção do conceito ou na análise das classes; ou, nos termos de Osorio (2014), se pautam na teoria da estratificação e não das classes sociais.

Além disso, a ampliação do crédito e a abertura de novas possibilidades de inserção no mercado para os trabalhadores, tal como a disseminação dos fundos de pensão, favorecem o capital financeiro com o qual nunca houve uma ruptura por parte dos governos. Ao contrário, ressalta-se a participação ativa do Estado brasileiro no processo de valorização financeira, da mesma forma em que atua no fortalecimento da burguesia interna. Paulani (2010, p. 131) explicita que o acesso privilegiado a informações sobre papéis públicos, concorrências públicas, fundos públicos e vendas de ativos públicos torna-se fundamental para evitar riscos aos rentistas. Conforme a autora, “o poder público maneja negócios e recursos sempre volumosos, de modo que atrelar o rentismo ao poder do Estado parece a forma mais segura de aliar retorno elevado e liquidez a segurança (poder e dinheiro cada vez mais juntos)”. Portanto, o capitalismo financeiro é o avesso da ausência do Estado, desmistificando que o neoliberalismo implicaria estabelecer um mercado livre da intervenção estatal.

Paulani (2010) denomina o constante favorecimento do Estado às diversas frações do capital, todas financeirizadas, como estado de emergência econômico permanente. Segundo a autora, este “regime de exceção que se tornou regra” justifica todo tipo de medida neoliberal, ajustadas ao discurso do crescimento com desenvolvimento social. Se houve alterações significativas no bloco no poder e na constituição da hegemonia burguesa nos governos do PT, isso ocorreu em consonância com os pressupostos da política neoliberal.

Anteriormente, Paulani (2008, p. 138) afirmara que a armação do estado de emergência econômico foi “condição de possibilidade para que nossa relação com o centro passasse da dependência tecnológica típica da acumulação industrial à subserviência financeira típica do capitalismo rentista”. Para a autora, esse processo teve início no governo Itamar Franco com o surgimento do Plano Real, quando a estabilidade monetária “serviu de álibi para justificar da abertura comercial desordenada às privatizações financiadas com dinheiro público, da inaceitável sobrevalorização da

moeda à elevação inédita da taxa real de juros, e assim por diante.” (PAULANI, 2008, p. 135).

Em suma, a política pautada no novo desenvolvimentismo pode ser considerada a farsa após a tragédia¹⁴ do desenvolvimentismo no capitalismo dependente. Isso porque todos os elementos, mesmo os que apresentam novidades no que se refere à composição do bloco no poder, continuam a apontar para a manutenção e aprofundamento da dependência, com a economia voltada ao padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva. Tal padrão

adquire sentido no quadro das revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro. Tudo isso propiciou integrações mais intensas do mercado mundial, assim como novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de realocação de indústrias e serviços, bem como uma elevada mobilidade do capital, processos que foram caracterizados com a noção de mundialização (OSORIO, 2012, p. 79).

Com o discurso de fortalecimento do mercado interno, o país se voltou ainda vez mais para fora, seja através da saída de capitais via valorização financeira, seja por meio das grandes obras de infraestrutura que ligam os latifúndios das monoculturas aos portos para exportação. Inclusive, obras estas realizadas pelo setor da construção civil, um dos maiores beneficiados da burguesia interna pelas políticas dos governos Lula e Dilma.

Com base nesta breve retrospectiva histórica, cabe refletir sobre a atuação do Estado dependente brasileiro, especialmente num momento onde a ideologia neodesenvolvimentista encontrou seus limites e abriu as portas para um golpe, novamente sob a alegação do estado de emergência, momento esse passa a exigir análises sobre as disputas e recomposições no âmbito da burguesia que possibilitaram a ruptura democrática. Conclui-se, então, que no capitalismo dependente brasileiro, projetos de conciliação de classes não são capazes de sustentar-se estruturalmente, retornando imediatamente após a redução dos preços das *commodities* aos cortes de investimentos para as áreas sociais e retrocessos consideráveis nos direitos sociais, restando como única possibilidade a organização popular para a disputa pelo excedente e a pressão sobre os ganhos do capital.

¹⁴ Na conhecida passagem de sua obra *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2011, p. 25) nos apresenta esta reflexão: “Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.

Referências

- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.) *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.
- BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais*. São Paulo: Xamã, 2001.
- BOITO JR, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia. (Orgs). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012a.
- BOITO JR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo, 2012b.
- CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elizabete (org). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.
- COSTA, Carolina Rodrigues. Políticas públicas e lutas sociais no meio rural: dilemas e contradições do PRONAF. Dissertação de mestrado; orientadora Ivete Simionatto. UFSC, Florianópolis, 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C. (Orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010b, p. 29-43.
- CBIC. Visão do Setor Privado [Balanço 2013] (2013). Disponível em <<http://www.cbicdados.com.br/menu/estudos-especificos-da-construcao-civil/balanco-nacional-da-industria-da-construcao>>. Acesso em 20/06/2017.
- CNI. *Cidades: mobilidade, habitação e escala: um chamado à ação* (2012). Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/publicacoes/2012/09/1,5580/cidades-mobilidade-habitacao-e-escala-um-chamado-a-acao.html>>. Acesso em 20/06/2017.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 v. 3.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b v. 2.

IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IASI, Mauro. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 145-166, jan./abr. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3: O processo global de produção capitalista. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 29-45.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.). *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULANI, Leda. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Fransico; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (Orgs). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

POULANTZAS, Nicos. *Poulantzas: Sociologia/organizador* [da coletânea] Paulo Silveira; [tradução Heloísa Rodrigues Fernandes]. – São Paulo: Ática, 1984.

ROCHA, Mirella; PAIVA, Beatriz Augusto de. Paradoxos do desenvolvimento socioeconômico no Brasil do século XXI. 2011. In: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos; IPEA/CODE 2011 - Área Temática: Serviço social e Desenvolvimento. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo4.pdf>>. Acesso em 10/11/2014.

SOUZA FILHO, R. Estado, burocracia e patrimonialismo no desenvolvimento da administração pública brasileira. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2006.